ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso nas categorias de técnico de informática do grau 1, do grau 2 e do grau 3, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal dos Serviços de Acção Social da Universidade dos Açores.

Arquitectura, funcionamento e operação de computadores.
Sistemas operativos.
Bases de dados.
Telecomunicações e redes de comunicação de dados.

A pormenorização e detalhe das matérias e temas constarão dos respectivos avisos de abertura dos concursos.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**Gabinete do Ministro**

Despacho n.º 21 742/2005 (2.ª série). — O contrato de contrapartidas celebrado no âmbito do Programa Relativo à Aquisição de Submarinos prevê como uma das obrigações de contrapartidas a cumprir pelo fornecedor dos submarinos, a German Submarine Consortium (GSC), a elaboração e atribuição aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A. (ENVC), de um projecto básico de um navio polivalente logístico.

NII	Posto	Classe	Nome	Cargo
25475	Capitão-de-fragata	EMO	Victor Abel Simões	Presidente.
20084	Capitão-tenente	ECN	Celso Jacinto Branco Moreira Guerreiro	Adjunto.
258575	Capitão-tenente	SEE	José Maria da Silva	Adjunto.
22184	Capitão-tenente	EMA	Paulo Alexandre Rodrigues Soares	Adjunto.
22786	Capitão-tenente	EN-MEC	João Manuel Alves Marques da Costa	Adjunto.

2 — Aos militares referidos no número anterior que prestam serviço na JPT-Marinha em Kiel, na Alemanha, é aplicável o disposto no n.º 6.º da portaria conjunta acima referida pelo período correspondente à sua estada naquele país.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, o presidente da JPT-Marinha é equiparado a adido de defesa e os oficiais adjuntos a adido de adido de defesa.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura da portaria n.º 506-C/2005 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005.

20 de Abril de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

Despacho n.º 21 743/2005 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 379/2005, de 11 de Abril, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o tenente-coronel INF 04180880, Jorge Manuel Fernandes Alves de Oliveira, por um período de 365 dias, em substituição do tenente-coronel INF 005600183, Filipe Jorge Pires Medina de Sousa, para desempenhar funções de director técnico do projecto n.º 11 — Escola de Oficiais do Exército, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

30 de Setembro de 2005. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Manuel Lobo Antunes*.

Neste contexto, foi designado o estaleiro naval alemão Howaldts-werk Deutsch Werft (HDW) para, sob a responsabilidade da GSC, elaborar e facultar o referido projecto básico do navio polivalente logístico.

Nestes termos, através da portaria n.º 506-C/2005 (2.ª série), do Ministro de Estado, da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, do Ministro das Finanças e da Administração Pública e do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, datada de 28 de Fevereiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005, foi criado um grupo de trabalho, designado «Joint project team», composto por elementos da HDW, por representantes do Estado Português, indicados pela Marinha, e por uma equipa dos ENVC, o qual deverá acompanhar o cumprimento da referida contrapartida.

O n.º 2.º da portaria acima mencionada remete para despacho do Ministro da Defesa Nacional a nomeação dos representantes do Estado Português, designados, abreviadamente, por JPT-Marinha.

A JPT-Marinha será composta por um presidente e um máximo de quatro elementos, sendo a referida nomeação feita sob proposta do Chefe do Estado-Maior da Armada, que deverá assegurar uma criteriosa selecção dos elementos da Marinha, norteada por princípios de excepção e excelência adequados ao elevado grau de complexidade, especificidade e sofisticação tecnológica inerente à elaboração de um projecto básico de um navio polivalente logístico.

Assim, determino o seguinte:

1 — Nos termos do n.º 2.º da portaria n.º 506-C/2005 (2.ª série), datada de 28 de Fevereiro e publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 76, de 19 de Abril de 2005, sob proposta do Chefe do Estado-Maior da Armada, são nomeados os militares abaixo mencionados para integrem a JPT-Marinha:

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Despacho (extracto) n.º 21 744/2005 (2.ª série). — Por despacho do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar de 22 de Setembro de 2005:

COR/TPAA 014070-J, Aníbal António Gonçalves — nomeado presidente da Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDLM), nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, por remissão do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 31/97, de 6 de Setembro, com efeitos a 8 de Julho de 2005, por cessação de funções do COR TPAA 016496-J, Carlos Alberto Tavares Soares da Silva, o qual passou à situação de reserva.

29 de Setembro de 2005. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

Inspeção-Geral da Defesa Nacional

Despacho n.º 21 745/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê no seu artigo 20.º que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau seja efectuado de entre funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que, para o preenchimento de um cargo de inspecção-coordenador da Inspeção da Administração dos Meios Materiais, da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da referida lei e que, terminado o prazo para apresentação das candidaturas, a escolha, conforme o n.º 2 do citado artigo, deverá recair no candidato que, em sede de apreciação das candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

A escolha recaiu no candidato coronel de administração militar Carlos Alberto Nunes Teixeira Coelho, que reúne os requisitos legais para o exercício de cargos dirigentes e é possuidor de perfil e experiência profissionais adequados, designadamente pela experiência anteriormente adquirida no exercício do cargo a preencher.